



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

Ação, armas, autoridade: masculinidade e militaridade nas Forças Armadas brasileiras¹

*Action, Weapons, Authority:
Masculinity and Militarism in the
Brazilian Armed Forces*

*Acción, armas, autoridad:
masculinidad y militaridad en las
Fuerzas Armadas brasileñas*

DOI: 10.21530/ci.v21n2.2026.1627

Izadora Xavier do Monte²

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Resumo

Os estudos feministas de segurança têm explorado como as profissões que atuam no exercício da violência legítima do Estado, como a polícia e as Forças Armadas, são construídas tradicionalmente como associadas ao masculino. Frente a essa literatura que foca sobretudo em exércitos do Norte Global, o artigo explora como “militaridade” e masculinidade estão conectados no discurso dos militares brasileiros, com base em entrevistas feitas com 40 capacetes azuis que participaram na missão das Nações Unidas no Haiti. Como os militares explicam por que escolheram a profissão militar? Pela análise temática de quarenta entrevistas

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento DOC-PLENO 99999.001732/2013-07.

2 Doutora em GTM-CRESPPA pela Université Paris 8 — Vincennes-Saint-Denis. Professora da Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba — PB, Brasil. (izadora.xavier@servidor.uepb.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8704-6647>.

Artigo submetido em 24/09/2025 e aprovado em 03/07/2026.





e de observação na base militar brasileira em Porto Príncipe, o artigo aborda o exército como espaço de aprendizado da masculinidade.

Palavras-chave: Estudos feministas de Segurança, Entrevistas, Masculinidade, Forças Armadas, Brasil.

Abstract

Feminist security studies have explored how professions involved in the exercise of the state's legitimate use of violence, such as the police and the armed forces, are associated with characteristics traditionally coded as masculine. Building on this literature, which has focused primarily on militaries in the Global North, this article examines how militariness and masculinity are intertwined in the discourse of Brazilian military personnel, drawing on interviews with 40 blue helmets who served in the United Nations mission in Haiti. How do military personnel explain their decision to pursue a military career? Through a thematic analysis of forty interviews and participant observation at the Brazilian military base in Port-au-Prince, the article approaches the army as a site for the learning and construction of masculinity.

Keywords: Feminist Security Studies, Interviews, Masculinity, Armed Forces, Brazil.

Resumen

Los estudios feministas sobre seguridad han explorado cómo las profesiones encargadas del ejercicio de la violencia legítima del Estado, como la policía y las Fuerzas Armadas, se asocian con características tradicionalmente consideradas masculinas. Partiendo de esta literatura, centrada principalmente en los ejércitos del Norte Global, este artículo examina cómo la militaridad y la masculinidad se entrelazan en el discurso de los militares brasileños, a partir de entrevistas realizadas con 40 cascos azules que participaron en la misión de las Naciones Unidas en Haití. ¿Cómo explican los militares su decisión de elegir la carrera militar? Mediante un análisis temático de cuarenta entrevistas y la observación participante en la base militar brasileña en Puerto Príncipe, el artículo aborda el ejército como un espacio de aprendizaje y construcción de la masculinidad.

Palabras-clave: Estudios feministas de Seguridad, Entrevistas, Masculinidad, Fuerzas Armadas, Brasil.





1. Introdução

Pela análise de quarenta entrevistas e de observação durante uma semana na base militar brasileira e três meses na zona de responsabilidade brasileira em Porto Príncipe, quero focar nas formas pelas quais militaridade³ e masculinidade se conectam no discurso de militares brasileiros que serviram na operação de paz no Haiti. Na conclusão desse artigo, vou propor que essa compreensão é uma pista em direção a entender como masculinidade, dominação masculina e socialização militar estão conectados.

A primeira parte do artigo responde à pergunta: o que é masculinidade? Já a segunda trabalha o exército como espaço de construção social de significados para masculinidade e militaridade. Tão logo é pedido aos militares para explicar por que escolheram o ofício de militar, a naturalidade do vínculo entre masculinidade e militaridade dá lugar a descrições que permitem compreender a dimensão social da construção de ambos.

2. O campo de estudos da masculinidade e as masculinidades militares

2.1. O campo de estudos das masculinidades

Na consolidação do gênero como categoria de análise, os estudos das masculinidades passaram a investigar como o masculino se institui como princípio organizador e norma invisibilizada. Tal movimento desnaturaliza o masculino como referência neutra, evidenciando os processos históricos que o tornaram padrão de humanidade (Beauvoir 1949; Cixous 2010). Como argumenta Preciado (2016), a ausência de problematização da masculinidade no debate feminista contribuiu para sua reificação como gênero “natural”, enquanto o feminino era reiteradamente examinado como construção social. Ao trazer o masculino para o campo da análise, os homens passam a ser compreendidos como sujeitos que negociam, incorporam ou resistem a expectativas sociais sobre “ser homem”.

3 Como “militarismo” é um termo amplamente usado para designar práticas que se assimilam com as práticas militares sem serem praticadas por militares, preferi usar “militaridade” para expressar a ideia da construção da característica de algo como próprio aos militares.





Parte importante dessa literatura dedica-se a compreender os mecanismos de reprodução da dominação masculina. Estudos como os de Segato (2010) e Machado (1998) analisam as justificativas mobilizadas por autores de violência sexual, evidenciando como tais discursos produzem sentido e legitimidade para seus atos. Pesquisas sobre estupro em contextos de guerra mostram ainda que a violência sexual pode funcionar como dispositivo de coesão e solidariedade masculina em grupos armados, mais do que expressão de ódio individual às mulheres (Freedman 2015; Drumond 2023). A chamada camaradagem masculina aparece, assim, como tecnologia de poder que assegura posições e exclui mulheres e dissidências sexuais de espaços masculinos (Gourarier 2017; Rivoal 2021). Nesse percurso, um primeiro movimento consistiu em desconstruir o feminino como marcado e o masculino como neutro; um segundo buscou marcar a masculinidade, identificando para essa traços recorrentes como atividade, agressividade sexual, honra e “ser provedor” ou “chefe de família” (Grossi 2004), ainda que essa abordagem incorra no risco de fixar a masculinidade como bloco homogêneo e estático.

É justamente esse impasse que é tensionado por Connell (2005), que define a masculinidade não como uma lista de atributos, mas como uma “configuração de práticas”. O conceito de masculinidade hegemônica permite compreender a existência de múltiplas masculinidades organizadas de forma desigual. A masculinidade hegemônica é um construto ideológico ao qual nenhum homem de fato corresponde, embora grupos deles possam beneficiar-se ou sustentar a estrutura ideológica que os privilegia materialmente. Nessa perspectiva, masculinidade não é identidade fixa e natural, mas produto de relações de poder “entre homens e mulheres, e também entre homens ”⁴ (Rivoal 2017, 145), historicamente variável e reconhecível por comportamentos e linguagens associados ao masculino em contextos específicos (Connell 2005).

2.2. Masculinidades militares

Nos anos 1990, a ampliação das missões de paz da ONU veio acompanhada de denúncias de abusos sexuais cometidos por capacetes azuis, muitas vezes minimizadas pela própria organização — como no célebre comentário “meninos serão meninos”, feito por um representante no Camboja diante de acusações

4 No original : “entre hommes et femmes, mais aussi entre hommes”. A tradução é minha.





contra soldados búlgaros. A partir desses episódios, pesquisadoras passaram a questionar a adequação do uso de militares em operações de paz, argumentando que a socialização militar, marcada por lógicas de agressividade e construção de masculinidades violentas, pode reforçar a insegurança de mulheres em contextos de conflito. Em *Men, Militarism and UN Peacekeeping* (2007), Sandra Whitworth analisa o caso de abusos cometidos por paraquedistas canadenses na Somália e sugere que outras categorias profissionais talvez fossem mais apropriadas para promover a paz do que agentes treinados para a guerra.

Os estudos feministas em Segurança Internacional desafiaram pressupostos centrais da disciplina, como a ideia de que proteger fronteiras significa proteger todas as pessoas dentro do Estado, evidenciando como decisões de política internacional produzem inseguranças concretas — especialmente para mulheres (Cohn 1987; Moon 1997). Cynthia Enloe (1983; 2007) mostrou que dinâmicas antes vistas como neutras em relação ao gênero, como a militarização, são na verdade marcadas por ele. Ao mesmo tempo, a perspectiva de gênero questiona como masculinidades associadas à força, ao risco e ao monopólio estatal da violência — fundamento clássico da soberania — se reconfiguram nas operações de paz (Duncanson 2009; Xavier do Monte 2020).

Profissionais que atuam no exercício da violência legítima do Estado, como a polícia e as Forças Armadas, são associados a compreensões tradicionais do masculino. Elas são, em particular, o uso da força física, a coragem, a ação e a valorização do risco (Cockburn 1981; Ouellet 2013; Hopton 2003). Os militares não são só representantes simbólicos da masculinidade tradicional. Eles também são, concretamente, os detentores masculinos do monopólio legítimo do porte de armas (Tabet 1979).

Entretanto, os militares não são as únicas pessoas armadas na sociedade. Além disso, a capacidade de usar a violência não é o principal elemento da socialização militar contemporânea. Sohn (2009), Devreux (1997) e Marly (2018) mostraram que a disciplina, a submissão a um ideal e a hierarquia⁵ desempenham papéis no *ethos* militar contemporâneo. O que define a “militaridade” não é a violência, mas a legitimidade. É a posição deles como representantes da nação, protetores da integridade nacional, que dá aos militares seu caráter especial — e faz a diferença entre a violência “limpa” e “soberana” dos militares e a violência “suja” e “bárbara” dos homens que não usam a violência em nome das Forças

5 E nisso elas ecoam Leirner (1997), cujo trabalho será citado no final dessa seção.





Armadas (Belkin e Carver 2012). Em relação a essa literatura que faz em grande parte referência ao Norte Global, o que nos interessa é refletir sobre as formas pelas quais a relação entre masculinidade e Forças Armadas, ou masculinidade e militaridade, constrói-se no caso dos capacetes azuis brasileiros.

É interessante notar que a masculinidade militar não é necessariamente a masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt 2013). Além disso, é importante ressaltar que nem nas próprias Forças Armadas, a masculinidade é homogênea. Não obstante, a importância das Forças Armadas em processos políticos recentes no Brasil demonstra a contínua influência dessa instituição e, podemos pressupor, por consequência, dos tipos de masculinidade que ela avança.

De acordo com Hooper (2001), a formação da identidade de gênero se organiza em, especificamente, três dimensões: a da incorporação física das identidades; a das instituições e processos sociais relacionados ao gênero; e a dimensão discursiva da construção dos gêneros e da ordem — hierárquica — definida entre eles pela linguagem. Identidades são negociações entre nosso corpo físico, nossa participação em práticas sociais e nosso posicionamento em situações discursivas próprias a particularidades espaciais e temporais.

Hooper analisa a existência de múltiplas possibilidades de masculinidade presente em discursos que alimentam identidades individuais de corpos que se constroem assim como homens. Hooper estuda as conexões entre pessoal e internacional na relação entre mídia — especificamente, a revista *Economist* —, disciplina acadêmica, instituições e identidades individuais. Tipos ideais de masculinidade permeiam as páginas da revista e competem entre si para informar identidades individuais de leitores.

A seguir, mostrarei como esse trabalho de negociar entre corpo físico, práticas sociais e posição no discurso é visível na análise temática das entrevistas com militares brasileiros. Ainda que o estudo das Forças Armadas brasileiras seja uma parte central das Relações Internacionais no Brasil, esses trabalhos costumam se focar em questões de estratégia e defesa (Teixeira Júnior 2020; Silva, Pinto e Rocha 2004; Saint-Pierre 2009; Fuccille et al. 2018); de identidade institucional das Forças Armadas, doutrinas e sua constituição histórica (Coelho 1976; D'Araújo e Castro 2000; Santos 2004; Oliveira 2024); ou em debates em torno do controle civil das Forças Armadas (Cortinhas e Vitelli 2020; Fuccille 2020). Raros são os estudos sociológicos das Forças Armadas brasileiras, com dois trabalhos sendo considerados fundamentais: o de Celso Castro (2021) e Piero Leirner (1997).





Castro (2021) analisou a divisão entre paisanos e militares e Leirner (1997), a hierarquia, como princípios estruturantes de uma visão de mundo militar. Ainda que possamos ler em Castro passagens como “a Academia é lugar para *homem*, não é lugar para criança nem viadinho... pô, o cara quando vem para cá [...] tem que virar homem de qualquer maneira” (Castro 2021, 28), o gênero e a masculinidade não são considerados categorias explicativas por nenhum dos dois autores. Dessa forma, esse trabalho, ainda que exploratório, busca abrir novas frentes de reflexão sobre as Forças Armadas brasileiras: a primeira, que incorpora o gênero e a masculinidade às categorias pertinentes para pensar a instituição; e a segunda, que incorpora a pesquisa empírica não apenas com oficiais, mas também com conscritos, à reflexão. Finalmente, essas duas novas frentes vêm reforçar esse campo tão bem estabelecido dentro das RI.

2.3. *Nota metodológica*

Émile Durkheim (2007) descreveu os fatos sociais como fatos empíricos — na medida em que se impõem e exercem um poder coercitivo sobre as pessoas. A observação e a sistematização das ideias de senso comum, bem como dos comportamentos e da linguagem tal como se apresentam espontaneamente aos indivíduos, permitem reunir evidências empíricas que podem ser objetivadas e sistematizadas para explicar como a sociedade funciona. Ainda que minha compreensão esteja mais próxima da objetividade forte de Sandra Harding (2019) do que da ideia durkheimiana do cientista neutro, proponho que o gênero é um fato social empírico que explica comportamentos e delimita a realidade. Uma vasta literatura em sociologia política internacional utiliza métodos de pesquisa qualitativa e propõe que o gênero, assim como as Forças Armadas, é um fato social que pode ser estudado por meio de observação e entrevistas.⁶ Essa posição

6 Meu trabalho, em particular, reproduz métodos utilizados por: Daho G., *La Transformation des armées : enquête sur les relations civilo-militaires en France*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 2016; Prévot E., « Mission et professionnalisation : de nouveaux rôles pour de nouveaux professionnels ? », *Inflexions*, vol. 3, n° 4, 2006, pp. 209-214; Delori M., “Humanitarian Violence: How Western Airmen Kill and Let Die in Order to Make Live”, *Critical Military Studies*, vol. 5, n° 4, 2019, pp. 322-340; Segal David R., Segal Mady Wechsler, Eyre Dana P., “The Social Construction of Peacekeeping in America”, *Sociological Forum*, vol. 7, n. 1, 1992, pp. 121-136; Carreiras, Helena, “The sociological dimension of external military interventions: The Portuguese military abroad”, *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 13, n. 2, p. 129-149; Coton, Christel, “Briller sous l’épaulette”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 191-192, n. 1, 15 abr. 2012, p. 14-27; Van Roekel, Eva, “Argentinian Peacekeepers and Moral Becoming in Cyprus”, *Critical Military Studies*, 2 nov. 2022, p. 1-17; Higate, Paul (org.), *Military masculinities: identity and the state*, Westport, Conn: Praeger, 2003.





representa, em muitos aspectos, um afastamento do que é considerado positivista no campo das RI (Lapid 1989). Aproxima-se mais de compreensões oriundas da sociologia, nas quais se postula a construção social e o pós-positivismo significa uma crítica à ideia de progresso e de neutralidade do pesquisador. Minha pesquisa busca se aproximar dessas compreensões reflexivas e interpretativistas do feminismo do ponto de vista (*standpoint feminism*) e da sociologia política internacional que não excluem a ideia dos fatos sociais como dados empíricos.

Ao todo, entrevistei 22 oficiais e 18 praças, entre eles três recrutas. As idades variavam de 21 a 51 anos. A maioria desses militares era do exército, especialmente da infantaria (18), da artilharia (4) e da cavalaria (5), enquanto outros eram do quadro especial (7), da polícia do exército (3) e da infantaria da aeronáutica (3).⁷ Foram conduzidas duas etapas de pesquisa: a primeira, entre setembro e outubro de 2014, em Brasília, no Quartel-General do Exército; a segunda, em fevereiro de 2015, na base General Bacellar, no bairro de Tabarre, em Porto Príncipe, onde permaneci hospedada por sete dias. Além disso, trabalhei durante três meses, entre fevereiro e maio de 2015, junto a uma organização não governamental brasileira situada no bairro de Bel-Air, na área sob responsabilidade do contingente brasileiro.

Por eu ser externa a essa instituição total, no sentido goffmaniano, os militares não falavam comigo da mesma forma que falam entre si. Com o avanço da pesquisa, tornou-se evidente que essa barreira estruturante da relação de entrevista tanto oculta quanto revela aspectos do discurso. Que eles não falam comigo como falariam com um pesquisador homem ou entre si não deve ser entendido como estratégia consciente de manipulação; embora o discurso seja moldado pela situação da entrevista, o interesse analítico reside justamente nos mecanismos mobilizados para falar de si e suas representações. Essa reflexão dialoga com o estudo clássico de Carol Cohn (1987) sobre a linguagem tecnoestratégica de especialistas nucleares norte-americanos, que demonstra como descrições de armas e estratégias são permeadas por códigos de gênero, utilizados para persuadir decisores políticos — majoritariamente homens — a sustentar investimentos militares.

7 Havia apenas uma mulher na amostra, cuja entrevista foi útil na reflexão sobre outros elementos da experiência dos capacetes azuis, mas que não será mencionada nesse artigo devido ao recorte analítico desta restituição. O fato de que apenas uma mulher integrou o grupo de entrevistados reflete a baixa presença feminina nas Forças Armadas brasileiras — a menor taxa de feminização entre os países do Cone Sul. Consequentemente, as mulheres representam menos de 1% dos capacetes azuis brasileiros: em Porto Príncipe, havia apenas sete mulheres em um contingente de 1.200 militares.





As entrevistas duraram entre uma hora e meia e duas horas. As perguntas foram preparadas com base na literatura existente sobre a percepção militar das operações de paz e seguiram a estrutura usual de entrevistas abertas: primeiro, foram feitas perguntas descritivas (nome, idade, posição nas Forças Armadas, há quanto tempo estavam na instituição, que tipo de treinamento e experiências anteriores possuíam). Em seguida, perguntas biográficas: perfil sociodemográfico dos pais, por que escolheram as Forças Armadas e por que se voluntariaram para missões de paz. Por fim, perguntas sobre como o treinamento foi conduzido, quais eram as atividades cotidianas nas operações de paz, como e se essas experiências afetaram sua compreensão da profissão. Tratava-se de perguntas abertas, que permitiam desdobramentos e pedidos de esclarecimento conforme as respostas de cada entrevistado.

Todas as entrevistas foram gravadas com o conhecimento dos participantes e posteriormente transcritas para análise temática. Elas foram primeiro analisadas individualmente, ou seja, cada uma foi ouvida, transcrita e sistematizada. Inicialmente, buscou-se compreender as singularidades do indivíduo entrevistado, bem como os processos e condições de produção de uma narrativa sobre si mesmo. Em uma segunda etapa, as entrevistas foram analisadas transversalmente: temas recorrentes, vocabulário e descrições foram identificados e reorganizados para reconhecer regularidades nas formas de descrever ou identificar atores, ações e processos.

Após essas duas etapas, os dados foram organizados em dois conjuntos: uma análise temática vertical, que permitiu sintetizar temas recorrentes tratados de maneira semelhante, e uma análise temática horizontal, que possibilitou compreender como um mesmo tema era tratado individualmente pelos entrevistados. Os dados foram então organizados segundo cada tema e de acordo com os seguintes critérios: a) coerência vertical (isto é, o tema é recorrente e tratado de forma semelhante por todos os indivíduos da amostra); b) raciocínio (como os entrevistados interpretam o mundo e o explicam segundo seus próprios conceitos e categorias); c) conceituação (os dados são organizados e restituídos em categorias que permitem crítica e revisão); d) agregação (todas as especificidades de um mesmo tipo de raciocínio estão presentes na restituição) (Blanchet e Gotman 2007).

Pelos princípios da *grounded theory*, a amostra utilizada não é estatisticamente representativa; trata-se de uma amostra teórica. Isso significa que a pesquisadora constrói sua amostra de modo a reunir situações contrastantes que permitam





elaborar categorias de análise, e a pesquisa evolui à medida que novas situações e dados são apresentados pelos entrevistados, sendo encerrada quando se atinge o chamado “ponto de saturação”; isto é, quando novas entrevistas deixam de acrescentar informações relevantes às categorias elaboradas. Explico esse procedimento para situar o dispositivo de citação de trechos de entrevistas: a entrevista citada em uma seção é um exemplo de entrevista na qual pode se ver de que forma singular se apresenta um padrão que foi observado em um número suficiente de falas organizadas em uma categoria. As categorias que se seguem — a saber, (1) a militaridade como vocação natural que se exprime na infância; (2) a identidade entre ser militar e ser autoridade; e (3) a identidade entre ser militar e ser pai de família — são elementos que reverberam suficientemente na amostra a ponto de criar uma regularidade possível de ser analisada. No caso, o que é apresentado são ilustrações do que corresponde a essas regularidades sociológicas e que foi escolhido para análise no contexto do argumento. Essas não são todas as categorias que emergiram das entrevistas, e trechos aqui citados podem ter sido usados em outros artigos para analisar outras dimensões de significado da atividade militar (Xavier do Monte 2022; 2023a; 2023b; 2025). As categorias são formas minhas de traduzir analiticamente os dados empíricos. As explicações dos entrevistados são agregadas em uma abstração que nem vem da literatura existente, nem da empiria, mas são tributárias de ambas. As categorias são minha contribuição teórica para o debate.

A amostra não representa os pontos de vista de todo o universo de militares brasileiros envolvidos em operações de paz. Trata-se de um trabalho exploratório de sistematização e categorização da maneira como militares brasileiros compreendem seu papel. Todas as entrevistas foram realizadas em instalações do Exército Brasileiro, onde estive acompanhada por oficiais superiores do serviço de comunicações.

3. Masculinidade e militaridade: entre “sonhos de menino”, ser autoridade e tornar-se “chefe de família”

3.1. Tornar-se soldado é o sonho de todo menino

Nas entrevistas, as motivações para entrar para o exército estão sempre conectadas ao fato de que “tornar-se soldado” é “o sonho de todo menino”.





Tenente Tom S⁸.: Eu acho que isso vem desde novo, porque meu pai, ele era militar, então eu o acompanhava, era daqueles que gostava de colocar farda menor que criança usa e acompanhar nos campos e...

Q: Eu não sabia que tem isso, tem uma farda menor?

Tenente Tom S.: Ah, normalmente tem. O filho de militar gosta de usar, pessoal compra, pra ficar usando e eu fui acompanhando-o desde pequeno. Chegou no final do ensino médio, tinha que escolher alguma direção, eu escolhi ser militar. (Xavier do Monte 2019, 367-407).⁹

A maior parte dos meus entrevistados que são oficiais vem de família militar. A imagem do pai, não da mãe, ou de qualquer figura generificada como mulher, como modelo a ser seguido, é muito presente. De acordo com eles, entretanto, a influência que o pai militar tem sobre sua escolha de carreira não é socialmente orientada pelo gênero, ela é “natural”.

Quando pergunto ao tenente Pedro o porquê da escolha da artilharia, sua resposta fala sobre notas de concurso. Porém, além disso, seu pai serviu na artilharia. Ao escolhê-la, ele escolhe algo mais acessível, mas também algo mais próximo ao pai.

Q: E por que você escolheu artilharia?

Tenente Pedro: Então, daí também vai um pouco do meu pai, meu pai foi soldado e ele foi soldado num quartel de artilharia. Conhecia aquilo e também gostava um pouco de infantaria, mas como a escolha da arma depende de classificação, eu optei por artilharia, local de servir, atividade-fim, já era uma coisa que eu conhecia, já tinha uma predisposição além de que eu gosto muito de matemática. (Xavier do Monte 2019, 367-407)

A escolha do tenente o aproxima do pai, o que não é anódino para ele. Ele se tornou oficial para realizar um desejo do seu pai sargento. Passar de praça a oficial descreve uma curva ascendente no histórico familiar. A partir da explicação sobre a escolha da artilharia, nós compreendemos que sua escolha de carreira profissional tem “um pouco a ver com predisposição [por matemática]” e um pouco a ver com seguir os passos do pai.

Nos casos analisados, o chamado da atividade militar é sempre um chamado da natureza. O interesse pelo militar é anterior ao conhecimento efetivo do ofício, ele é inerente ao garoto que admira e adora atividades masculinas. Quando os

8 Os nomes foram alterados para proteger o anonimato dos entrevistados. As patentes foram mantidas.

9 As respostas foram editadas tirando algumas repetições e coloquialismos, para aumentar a clareza.





entrevistados postulam a espontaneidade na vontade dos meninos em imitar o pai e igualmente os valores que ele representaria, eles não estão apenas descrevendo sua experiência, mas construindo uma naturalidade na qual uma opção parece óbvia e diferentes opções, como, por exemplo, identificar-se com a mãe, com a vó, com a tia ou com a irmã, como sendo impossíveis, nem mesmo consideráveis. Os vínculos entre identidade de gênero e Exército são mediados pela “evidência”, construída no discurso, entre identidade do menino do pai.

Capitão Antônio: Olha, eu só confirmei aquilo que eu via quando era menino, quando era criança, muita atividade operacional, né, que é o que a gente gosta de fazer, que é a atividade-fim. Eu tive a oportunidade de fazer um curso operacional, então tudo aquilo ligado à parte inerente ao militar, vamos dizer assim, que é a preparação para a defesa do Brasil, a defesa da soberania, veio confirmar aquilo que eu tinha começado a aprender quando criança, muita atividade física, muita atividade técnica, pra você aprender como mexer, como você faz um rolamento, e aí, é só fazer um link com a criançada, que eles gostam de fazer essas coisas, descer de rapel: eu adorava descer de rapel quando eu era criança, e isso a gente faz se adestrando pruma situação real, então só confirmou aquilo que eu sentia quando criança. (Xavier do Monte 2019, 367-407)

O capitão Antônio reinterpreta suas brincadeiras de menino a ponto de entendê-las como um início da preparação para a defesa da soberania. As atividades dos garotos desde a infância, a partir da sua fala, tendem naturalmente à defesa da soberania. O relato do oficial tem a particularidade de reinterpretar a lógica de Estado (“a preparação para a defesa do Brasil”), isto é, lógicas complexas e abstratas e inegavelmente politizadas, na continuidade de suas predisposições de menino. Defender o Brasil, no seu discurso, fixa-se como algo natural para as crianças — como as citações anteriores mostram, no entanto, essas crianças não são neutras em relação ao gênero. São crianças identificadas com figuras paternas e com atividades tipicamente masculinas.

O gosto pela aventura, pelo risco, pelo ar livre e pelo manejo de equipamentos e armas é construído no discurso como interesses naturais dos meninos, enquanto as Forças Armadas surgem como continuidade dessa vocação de “ser homem”, tecendo vínculos profundos entre o que significa ser “homem” e ser “militar”. A ideia de um percurso vocacional que se manifesta muito cedo reforça a noção de uma inclinação natural — aproximando biologia e características significadas como paternas, masculinas.





É possível também entender como o materno e o feminino são calados e não ditos que, no entanto, dão sentido a essa lógica. Se a ideia parece abstrata, basta imaginarmos o que aconteceria ao quadro da entrevista se eu relançasse perguntando se podemos considerar que, no caso de meninos que se identificam com a mãe, é natural que eles sigam a profissão de donas de casa.

3.2. *Meninos que querem ser autoridade*

A carreira militar, segundo os entrevistados, permite aos meninos realizar sonhos marcados pelas características tradicionais do gênero. Além de identificar a masculinidade com a militaridade por meio dos valores da ação e da técnica, outros elementos vêm se juntar à equação que faz, no discurso dos entrevistados, das Forças Armadas um lugar onde homens se constituem como tais.

Segundo sargento Oliveira: Você nunca vai ter as mesmas experiências no meio civil. Eu ouvi isso do meu filho recentemente. Meu garoto tá com 19 anos. Ele adora o exército, ele é extremamente vibrador. Pegar uma arma, dar um tiro, acho que todo jovem sonha em pegar um fuzil, uma pistola, uma metralhadora e dar um tiro, eu tive essa oportunidade, pegar uma arma, sair na rua, se sentir importante, uma autoridade. Para um jovem de 18, 19 anos isso é muito bom. Então, pra um jovem isso é muito interessante. (Xavier do Monte 2019, 367-407)

Para o segundo sargento, a especialidade de sua atividade reside no fato de que ela foge à normalidade civil. Ele não tem pais que o precederam no exército, o que lhe teria permitido estabelecer o vínculo entre suas atividades e predisposições da infância. Todavia, ele compensa isso mencionando seu filho, “garoto de 19 anos”, que representa, assim, a continuidade desse vínculo entre masculinidade e militaridade. Além de realizar os sonhos dos jovens garotos, o fato de pegar uma arma e sair na rua, uma tarefa militar, diz o sargento, é a ocasião para se sentir “importante” e “autoridade”.

O subtenente Casares ecoa a ideia do comando como *verdadeira* atividade militar:

minha parte preferida é, sem dúvida, ter meu pelotão na mão, então eu faço plenamente a atividade de comandante de pelotão, então eu tenho a estrutura do pelotão bem formada, eu tenho total autonomia de poder comandar o meu pelotão da maneira como eu quero. Então isso aí é uma





coisa que nem sempre no quartel você tem, aqui não, aqui a gente está fazendo atividade-fim, que é ser militar, atividades militares, o tempo todo, e eu estou com a experiência de ter meu pelotão completo, com equipamento de primeira linha, com o melhor que o exército pode me proporcionar e... é... botar em prática aquilo que eu aprendi na AMAN. (Xavier do Monte 2019, 367-407)

Há uma tensão entre o fato de “dar ordens”, a *verdadeira* função militar ou a função dos que têm carreira militar (os oficiais), e o de agir e usar a violência diretamente. O uso das armas é idealizado como função militar por excelência. Na prática e cotidianamente, ela também é realizada por oficiais em início de carreira ou pelos militares menos valorizados na hierarquia, soldados e cabos.

O estatuto do soldado é marcado por tensões. Ele faz parte do imaginário militar como aquele que encarna as funções ideais da profissão — o combate, ou seja, usar a violência de forma direta para dominar o inimigo. Por um lado, ele está “em campo”, participa dos combates. Por outro, o soldado também está no ponto mais baixo da hierarquia militar, posição que reverbera a origem social da maior parte dos alistados no serviço militar obrigatório e que é diametralmente oposta à dos oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, escola responsável pela formação dos oficiais do exército brasileiro). Estes farão referência a si mesmos como “soldados”, mas quem passa no concurso da academia ingressa como aspirante: soldado é uma imagem para os oficiais que representa a fantasia de uma posição masculina de aventura, tomada de risco, superação de dificuldades; essa fantasia do soldado é muito distinta da realidade dos soldados socialmente situados que são incorporados à instituição por meio do alistamento.

Sob as representações homogeneizantes do homem militar como “soldado”, a “família” militar engloba inúmeras linhas de separação entre masculinidades. O tenente-coronel Corte, que encontrei nos escritórios da Secretaria de Comunicação do Exército em Brasília, serviu no Estado-Maior do batalhão brasileiro em 2010. Ele me falou das suas funções como chefe de operações, ou seja, como oficial responsável por recolher junto ao comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, do acrônimo em francês) o que tinha sido definido como atividades a serem realizadas pelos diferentes grupos de combate (GC) para, em seguida, informar e repartir as atividades entre os GC.¹⁰

10 Um grupo de combate é o nome da unidade, formada por oito militares ou dois esquadrões, que é responsável por atividades tais como as patrulhas móveis, no caso da MINUSTAH. Ela é comandada em geral por um oficial jovem, recém-saído da AMAN.





O tenente-coronel Corte, ao responder sobre como se faz uma patrulha, parece quase se desculpar cada vez que peço mais detalhes sobre o trabalho do soldado e dos GCs. Ele me diz que não pode descrever o que acontece porque participa raramente das patrulhas e, quando participa, é mais para “entender o que vivem” cabos e sargentos e poder melhor organizar as atividades dos seus subordinados.

Higate e Hearn (2003) insistem na importância da criação de uma identidade masculina homogênea, idealizada pelas Forças Armadas, exatamente para encobrir as enormes diferenças sociais entre os indivíduos que compõem suas fileiras. Outros oficiais, quando eu peço detalhes sobre o cotidiano da base, parecem igualmente se desculpar ao explicar a diferença entre eles e os que “metem a mão na massa”.

Voltando para trabalhar a partir das fissuras entre diferentes tipos de experiência encarnada masculina, na próxima seção, retomo o relato de praças para ver a última forma de abordar o nosso tema: como passar pelo Exército é, para os cabos, um rito de passagem que os fará sair do outro lado masculinizados e militarizados: chefes e pais de família.

3.3. Tornar-se militar: tornar-se homem e tornar-se chefe de família

É de conhecimento geral que, apesar da lei que determina o alistamento para homens de 18 anos de idade, as estruturas do Exército Brasileiro não podem acolher todos os jovens que alcançam a maioria em suas fileiras. Aqueles que não querem servir, caso sejam admitidos no vestibular ou tenham um emprego ativo, conseguem ser dispensados.

Para os conscritos e contratuais, a dimensão da socialização primária é muito menos presente. A dimensão de classe separa oficiais e praças. No caso destes, a socialização primária aparece mais raramente como uma época em que as predisposições para a atividade militar se manifestam. Trata-se, com maior frequência, de uma questão de possibilidades econômicas ou da opção por financiar estudos universitários. Por vezes, acompanhando descrições de famílias “desequilibradas”, as Forças surgem como um contexto no qual esses jovens encontrarão a ordem e a disciplina que não tinham em casa. Mais do que o aprendizado de uma masculinidade guerreira, trata-se do aprendizado do lugar de autoridade na família. Passar de civil a militar é análogo a passar de filho a pai e marido. Os dois são representativos da autoridade, assim como o oficial ou o superior o é face aos seus subordinados.





As modalidades de entrada para os praças e oficiais são distintas, ainda que se reúnam na afirmação dos vínculos entre masculinidade e militaridade. Ao passo que os oficiais identificam o militar à masculinidade pelo viés das referências à infância, além do desejo de representar a autoridade, praças relacionam a passagem pelo exército à passagem generificada à vida adulta, “tornar-se homem”.

Entre aqueles que passaram pela conscrição e pelo alistamento voluntário, a possibilidade de um futuro e de uma estabilidade econômica mistura a admiração pela instituição ao sentimento de encontrar uma “família”.

O sentimento de encontrar uma família estruturada através do alistamento militar é particularmente pronunciado no caso do segundo sargento Felipe M. Originário do sul do país, seu pai era ausente e sua mãe não tinha condições financeiras para educá-lo sozinho. Assim, ele cresceu junto de membros de sua família expandida, como “agregado”. Ainda que seja considerado como parte da família, o agregado geralmente se encontra em condição de subordinação em relação aos parentes que o acolhem. Em seu relato, é somente dentro do Exército que ele encontrou estrutura, ordem e, sobretudo, possibilidades em termos econômicos que o permitiram “fundar sua família”, ter sua própria casa no sentido material, mas também simbólico. A passagem é marcada pelo fim de sua formação de sargento, pela partida para a selva e pelo casamento.

Segundo sargento Felipe M.: Então eu falo assim desde criança eu sempre gostei muito das forças armadas, o meu brinquedo preferido era esses bonequinhos, eu sempre gostava, aí pra mim, pela situação que eu me encontrava, que eu tinha situação de parente dizer assim, você está colocando muita comida no prato, você não pode ligar televisão, porque não tem ninguém daqui da casa assistindo, então pra mim ali foi a primeira vez pra mim ali que eu tive uma casa, que eu tive uma família, que eu podia colocar as minhas coisas onde eu queria, então pra mim eu ‘tava começando a viver o meu mundo. (Xavier do Monte 2019, 367-407)

O segundo sargento Rivaldo, por sua vez, dirá ter se sentido “adotado” pelo Exército. Outros entrevistados comunicam um sentimento semelhante. Muitas vezes, a figura de um superior, um oficial, desempenha um papel importante ao final de períodos de conscrição ou alistamento para convencer os jovens a se inscreverem de forma perene na instituição.

Segundo sargento Rivaldo: Vim do Nordeste com 17 anos, vim por influência do meu irmão, devido um pouco de decadência de trabalho, do interior, do





sertão, eu vim pra aqui, comecei a trabalhar numa lanchonete, chegou o período de se alistar, me alistei, queria ser dispensado, como meu irmão ele trabalhava no hospital, ele conhecia um coronel médico, coronel Evaldo. Ele me levou pra conversar com ele, eu trabalhava na lanchonete do hospital ele, educado, ô rapaz por que você quer ser dispensado, o exército é uma instituição que hoje você tem um aparato médico, você tem um plano de saúde, você pode seguir carreira, entendeu, só depende de você é um garoto jovem tem saúde tem tudo, por que isso? Eu só sei que de alguma forma ele me convenceu. Aí eu falei pro meu irmão, agora eu não quero ser mais dispensado não, agora eu quero servir (...) Porque eu gostei pelas histórias que eu fiquei sabendo (...) Eu costumo dizer que o exército me adotou. (Xavier do Monte 2019, 367-407)

Nessa circunstância, o Exército representa, para os conscritos que decidem prolongar seu contrato, um local de passagem para a idade adulta, em termos simbólicos e materiais. Essas figuras que representam a autoridade do exército à qual eles aspiram estão ligadas a melhores condições socioeconômicas para os alistados voluntários e os praças.

Subtenente Washington: Um cara chegou, capitão na época, olha queria muito que você ficasse, gostei do teu trabalho durante um ano você fez, até eu me surpreendi, foi até ele que me abriu os olhos, ele falou assim, você tem alguma profissão aí fora, eu disse, pô, não tenho nada, eu tinha parado de fazer meu curso de eletricista na época, quando eu entrei no quartel, tenho que terminar o curso pra depois poder trabalhar, ele falou olha, aqui você não precisa se habilitar, você já concluiu o curso de formação de soldado, você pode ficar o ano que vem fazer o curso de cabo e ganhar muito mais que aí fora. E, falou assim, fora que você pode fazer outras coisas aqui dentro, e aí isso na hora me balançou bastante, olha te dou uma semana pra você pensar. Eu ia dar baixa, na sexta-feira ele me perguntou vai querer ir embora ou vai querer ficar? Não, vou querer ficar, e foi ficando, depois gostando cada vez mais, depois que eu passei no concurso, então, nem sonhei mais em [sair]... (Xavier do Monte 2019, 367-407)

Esses relatos estabelecem vínculos com uma ideia mais geral de saída da infância e de passagem à idade adulta. Para os oficiais, oriundos de classes mais abastadas e que já participam de uma masculinidade dominante na sociedade em diversos aspectos, a construção de um vínculo que une masculinidade e “militaridade” é feita falando primeiro em ação, aventura, armas para, em seguida, falar de autoridade. Em todos os casos, a partir da resposta a uma





pergunta simples — o que fez você querer se juntar ao Exército? — vemos como os significados tradicionais de masculinidade -- ação, aventura, autoridade, provedor — são acionados pelos entrevistados para preencher o conteúdo das ideias do que é ser militar. Não é possível explicar e entender um sem o outro.

Para os oficiais, quando eles dizem que as funções do Exército correspondem ao sonho de todo menino, eles naturalizam não apenas a ligação entre “ser menino” e “aventura, ação, armas” — mas também entre “ser menino” e “querer ser autoridade”. Para os praças, quando eles dizem que o Exército lhes permite tornar-se homens, querem dizer que lhes permite tornar-se pai de família. Ser pai de família, como mostra a literatura em estudos de masculinidade (Grossi 2004), está ligado à posição de provedor que não é nem anódina em relação ao gênero nem em relação à hierarquia. Assumir uma posição de homem, de provedor, na estrutura familiar é ser, literalmente, “chefe de família” .¹¹

Ancoradas na literatura sociológica de gênero e RI, essas falas e a regularidade da sua repetição são indícios de gênero: não como uma expressão natural, mas como algo que é construído e justificado no discurso. O discurso dos entrevistados sobre a naturalidade da conexão afirma *socialmente* a naturalidade da conexão. É um discurso (indício de uma realidade social empírica) sobre como a conexão entre o masculino e o militar é natural. Descrever-se como um garoto que corresponde ao militar, ou como o Exército permitiu a realização do seu potencial de pai de família, não é expressar sua naturalidade de gênero. Pelo contrário, é a busca por afirmar-se, através do discurso, como um garoto conforme, um homem conforme, um bom exemplar da militaridade e da masculinidade, simultaneamente.

4. Conclusão

Estamos considerando que as entrevistas com militares permitem entender as formas pelas quais significados são construídos socialmente pelo discurso — propondo que isso teria uma importância na forma pela qual instituições como as Forças Armadas se organizam e o poder que elas têm na sociedade, assim como um impacto na forma como os homens encarnam e performam o gênero. Quando

11 As dimensões de gênero indissociáveis da categoria “chefe de família” fizeram com que, no ano 2000, o censo brasileiro substituisse a categoria “chefe de família” por “pessoa responsável”. Mesmo havendo uma crescente participação das mulheres como responsáveis do domicílio ou sendo igualmente responsáveis economicamente pelo domicílio, o censo teve que se adaptar porque, nesses casos, as mulheres não se autodenominavam “chefes de família” e respondiam, antes, que seu domicílio não tinha chefe (Vieira e Garcia 2025).





militares conectam masculinidade e militaridade, eles não estão *descrevendo* fatos: eles estão *construindo significados para a masculinidade e para as Forças Armadas*. Esses significados são elementos empíricos de análise da construção social do gênero e do internacional. A partir dessas considerações, gostaria de concluir com um comentário sobre a autoridade. A autoridade nas Forças Armadas, segundo Castro (2021), obedece à lógica da “hierarquia quantitativa”. A hierarquia quantitativa como tipo de solidariedade nas Forças serve como operador que permite aceitar melhor o momento de receber ordens, porque estabelece também a promessa de outro momento em que, tendo atingido certa maturidade, o militar em questão poderá dar ordens aos jovens — razão pela qual aspirantes não detestam seus superiores, segundo Castro.

Ao falar da formação que tiveram, os praças, menos numerosos na amostragem, relatam instruções penosas, e a dimensão de violência presente nelas é algo que eles me confiam apenas timidamente. Contrariamente aos aspirantes de Castro (2021), os praças que entrevistei pareceram ter bastante dificuldade para lidar com o ressentimento.

Dois deles relatam que uma das motivações para passar da conscrição à contratação era a ideia de modificar a “falta de humanidade” dos mais antigos junto aos mais novos. A contratação é acessível a todos os soldados ao fim do ano de serviço militar; eles podem ser contratados por um segundo ano, ao final do qual, para continuar no Exército, será preciso passar pelo Curso de Formação de Cabos. Ao final do curso, o contratado passa ao nível de cabo e pode renovar seu estatuto até um limite de seis anos. Para os praças, essa evolução marca o aprendizado do comando. Apesar do desconforto do processo e da falta de humanidade — estes praças aguentam para poder enfim reunir as capacidades necessárias para subir na escala até que, por sua vez, eles próprios possam dominar. No processo, entendem melhor por que “faltaram com humanidade” com eles.

A escolha por permanecer também tem a ver com a solidariedade masculina. A palavra “coletivo” é mencionada várias vezes e, para um segundo sargento entrevistado, entrar no Exército significa “não estar mais sozinho”. O espaço restrito das FFAA é caracterizado pela hierarquia, mas também pela ajuda mútua generificada. A circulação da autoridade alivia a hierarquia baseada numa dominação descrita como violenta.

Como eu mencionei na primeira seção desse artigo, a literatura (Segato 2010; Machado 1998; Freedman 2015; Drumond 2023; Gourarier 2017; Rivoal 2021)





insiste sobre a ideia de que solidariedade masculina e a dominação masculina se reproduzem nos espaços que essas autoras estudam. O que esse artigo buscou mostrar é que masculinidade e militaridade estão intimamente conectadas, e intimamente conectadas à construção dos homens como autoridades em contexto militar. Parece-me fundamental refletir sobre como a construção do Exército, e das Forças em geral, como espaço masculino impacta as concepções sociais sobre autoridade, hierarquia e dominação de gênero.

Essa reflexão é também um desafio para toda a sociedade que queira se basear na igualdade (o contrário da hierarquia). Como instituição fundamental na construção da autoridade estatal, Forças Armadas e sua lógica parecem ter um papel na construção de solidariedade masculina. O que dizer sobre os efeitos sociais dessa lógica num país onde uma grande parte da população acha que militares são melhores do que civis para organizar a política?

Usar as lentes da masculinidade nos ajuda a compreender de que forma as relações desiguais de gênero são sustentadas pelos processos nos quais homens viram homens e reservam certos espaços de poder para si. Estudar masculinidades ajuda a evidenciar a centralidade política das estruturas sociais banais que alimentam o poder dos militares como homens e alimentam a militarização das masculinidades.

Referências

- Beauvoir, Simone de. 1949. *Le deuxième sexe. Vol. 1: Les faits et les mythes*. Paris: Gallimard.
- Belkin, Aaron, and Terrell Carver. 2012. "Militarized Masculinities and the Erasure of Violence: Aaron Belkin in Conversation with Terrell Carver." *International Feminist Journal of Politics* 14 (4): 558–67.
- Blanchet, Alain, and Anne Gotman. 2007. *L'entretien*. 2nd rev. ed. Paris: Armand Colin.
- Castro, Celso. 2021. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Cixous, Hélène. 2010. *Le rire de la Méduse et autres ironies*. Paris: Galilée.
- Cockburn, Cynthia. 1981. "The Material of Male Power." *Feminist Review* 9 (1): 41–58.
- Coelho, Edmundo Campos. 1976. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Cohn, Carol. 1987. "Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals." *Signs* 12 (4): 687–718.





- Connell, R. W. 2005. *Masculinities*. 2nd ed. Berkeley: University of California Press.
- Connell, R. W., and James W. Messerschmidt. 2013. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito.” *Revista Estudos Feministas* 21: 241–82.
- Cortinhas, José S., and Mário G. Vitelli. 2020. “Limitações das Reformas para o Controle Civil sobre as Forças Armadas nos Governos do PT (2003–2016).” *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 7 (2): 187–216.
- D’Araújo, Maria Celina, and Celso Castro, eds. 2000. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV.
- Devreux, Anne-Marie. 1997. “Des appelés, des armes et des femmes: l’apprentissage de la domination masculine à l’armée.” *Nouvelles Questions Féministes* 18 (3–4): 49–78.
- Drumond, Paula. 2023. “Violência sexual em conflitos armados: perspectivas e debates.” In *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais*, 189–220. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Duncanson, Claire. 2009. “Forces for Good? Narratives of Military Masculinity in Peacekeeping Operations.” *International Feminist Journal of Politics* 11 (1): 63–80.
- Durkheim, Émile. 2007. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Enloe, Cynthia H. 2007. *Globalization and militarism: feminists make the link*. Globalization. Rowman & Littlefield.
- Enloe, Cynthia H. 1983. *Does khaki become you? the militarisation of women’s lives*. Pluto Press.
- Freedman, Jane. 2015. *Gender, Violence and Politics in the Democratic Republic of Congo*. London: Routledge.
- Fuccille, Alexandre. 2020. “As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer!” In *Os militares e a crise brasileira*, edited by José R. Martins Filho. São Paulo: Alameda.
- Fuccille, Alexandre; Pereira Rezende, Lucas and Barbieri Ferreira, Marcos José. 2018. “Defesa e Eleições 2018: uma agenda para o debate.” *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos* 10 (19): 199–231.
- Gourarier, Mélanie. 2017. *Alpha mâle: séduire les femmes pour s’apprécier entre hommes*. Paris: Éditions du Seuil.
- Grossi, Miriam Pillar. 2004. “Masculinidades: uma revisão teórica.” *Antropologia em primeira mão* 75 (1): 5–37.
- Harding, Sandra. 2019. “Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo.” *Em Construção*, no. 5.
- Higate, Paul, and Jeff Hearn, eds. 2003. *Military Masculinities: Identity and the State*. Westport, CT: Praeger.
- Hopton, John. 2003. “The State and Military Masculinity.” In *Military Masculinities: Identity and the State*, edited by Paul Higate and Jeff Hearn, 111–24. Westport, CT: Praeger.





- Hooper, Charlotte. 2001. *Manly States: Masculinities, International Relations, and Gender Politics*. New York: Columbia University Press.
- Lapid, Yosef. 1989. "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era". *International Studies Quarterly* 33 (3): 235. <https://doi.org/10.2307/2600457>.
- Leirner, Piero. 1997. *Meia-volta vover: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV.
- Machado, Lia Zanotta. 1998. "Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade." *Cadernos Pagu* 11: 231–73.
- Marly, Mathieu. 2018. "L'armée rend-elle viril? Réflexions sur le 'modèle militaro-viril' à la fin du XIXe siècle." *Clio* 47 (1): 229–47.
- Moon, Katharine H. S. 1997. *Sex Among Allies: Military Prostitution in U.S.-Korea Relations*. Columbia University Press.
- Oliveira, Ana Amélia Penido. 2024. *Como se faz um militar? Um estudo sobre a profissionalização e educação militares a partir da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de 1995 a 2012*. São Paulo: Editora UNESP.
- Ouellet, Éric. 2013. "Les années 1990: émergence du soldat-diplomate." *Guerres mondiales et conflits contemporains* 250 (2): 55–65.
- Preciado, Paul B. 2016. *Manifiesto contrasexual*. Barcelona: Anagrama.
- Rivoal, Haude. 2017. "Virilité ou masculinité? L'usage des concepts et leur portée théorique dans les analyses scientifiques des mondes masculins." *Travailler* 38 (2): 141–59.
- Rivoal, Haude. 2021. *La fabrique des masculinités au travail*. Paris: La Dispute.
- Saint-Pierre, Héctor. 2009. "La Defensa en la política exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa." *Documento de Trabajo* 50.
- Santos, Maria Helena de Castro. 2004. "A nova missão das forças armadas Latino-Americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 19: 115–28. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100007>.
- Segato, Rita Laura. 2010. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. 2nd ed. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Silva, Rogério, José R. Pinto, and André J. Rocha. 2004. *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança*. Brasília: IBICT. <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/658>.
- Sohn, Anne-Marie. 2009. "Sois un homme!": la construction de la masculinité au XIXe siècle. Paris: Éditions du Seuil.
- Tabet, Paola. 1979. "Les mains, les outils, les armes." *L'Homme* 19 (3–4): 5–61.





- Teixeira Júnior, Augusto W. M. 2020. “O entorno estratégico brasileiro na geopolítica das grandes potências: a crise da Venezuela e seus impactos para o Brasil.” *Artigos Estratégicos* 8 (1). <https://scholar.google.com/scholar?cluster=9107538062745051714>.
- Vieira, Joice Melo, and Sandra Garcia. 2025. “Mulheres responsáveis pelo domicílio e homens cônjuges.” *Nexo Jornal*, 16 de outubro. Acesso em 21 de junho de 2026. <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaao/2025/10/16/mulheres-responsaveis-pelo-domicilio-e-homens-conjuges>.
- Whitworth, Sandra. 2007. *Men, Militarism, and UN Peacekeeping: A Gendered Analysis*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- Xavier Do Monte, Izadora. 2019. “« Bon bagay » et « bandidos » : genre, race, nationalité et les Casques bleus brésiliens en Haïti”. Doctorat en Sociologie, PhD, Paris 8. <https://doi.org/10.70675/83ef5623z672fz4fe6z8541za19381900f92>.
- Xavier do Monte, Izadora. 2020. “Quel est le genre du maintien de la paix ? Les reconfigurations du métier militaire dans le système de guerre contemporain”. Em *Les logiques de transformation des armées*. War Studies. Presses du Septentrion.
- Xavier do Monte, Izadora. 2022. “Masculinité et maintien de la paix : les Casques bleus brésiliens en Haïti”. *Travail, genre et sociétés* (Paris) 47 (1): 73–87. <https://doi.org/10.3917/tgs.047.0073>.
- Xavier do Monte, Izadora. 2023a. “Étudier les militaires pour comprendre l’humanitaire. Interprétations guerrières de l’aide par des soldats brésiliens en Haïti”. *Cultures & Conflits* (Paris) 127–128 (1–2): 123–40. <https://doi.org/10.4000/conflits.24469>.
- Monte, Izadora Xavier Do. 2023b. “‘The thing with sexual exploitation’: gender representations and the Brazilian military in an UN peace mission”. *Revista Brasileira de Política Internacional* 66 (2): e024. <https://doi.org/10.1590/0034-7329202300224>.
- Xavier do Monte, I. 2025. “What Humanitarian Work Does to the Military: Martial Interpretations of Aid by Brazilian Soldiers in Haiti”. *Political Anthropological Research on International Social Sciences (PARISS)*, 5(2), 268-285. <https://doi.org/10.1163/25903276-bja10061>.

